

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DO ACESSO AO SEGURO DPVAT EM MACEIÓ

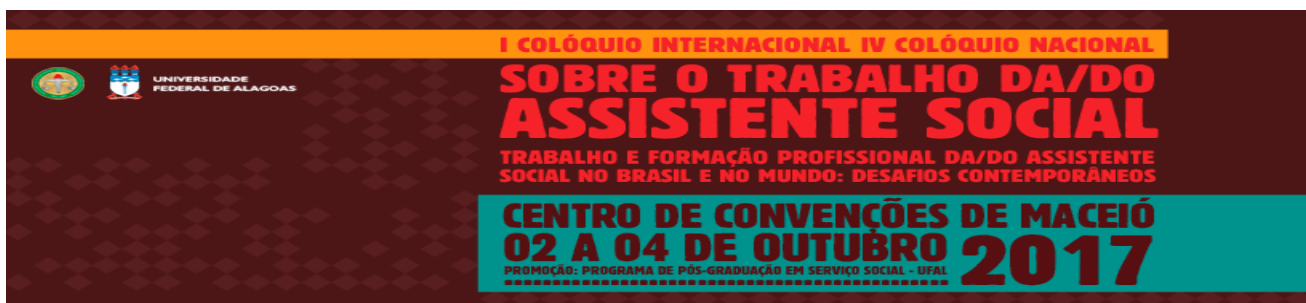
Adriely Brayner Rangel Lins¹

1. INTRODUÇÃO

A história do Serviço Social demonstra que essa categoria profissional foi marcada por lutas com o objetivo de garantir direitos à população mais vulnerável. Com a complexificação no processo de estruturação do sistema capitalista e das necessidades que surgiram como consequência de suas contradições o Serviço Social passou a ocupar outros ambientes para a sua atuação. Hoje, tem-se um leque diversificado de níveis de trabalho onde o profissional pode em contato direto com os usuários intervir em prol das conquistas sociais, principalmente, através de equipes multiprofissionais. Dentre tantos espaços sócio-ocupacionais² este artigo traz a intervenção do Serviço Social em mais um espaço consolidado no estado de Alagoas, especificamente, no Departamento Estadual de Trânsito, nesse órgão público, os Assistentes Sociais trabalham com variadas questões e projetos que serão compreendidos de maneira mais geral, porém, o objetivo principal desse texto é abordar sobre a atuação dos profissionais pela garantia do acesso ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) na capital alagoana.

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Alagoas – 2016, adriely_brayner@hotmail.com.

² Vide o artigo “Sobre o mercado de trabalho e o Espaço Sócio-Ocupacional do Serviço Social” (AMARAL; LINS; TRINDADE. 2016).



2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A institucionalização do Serviço Social no DETRAN/AL

Inicialmente, o Departamento de Trânsito de Alagoas, conhecido como DETRAN/AL, fazia parte da Secretaria de Defesa Social do estado, uma parcela de seus funcionários foi captada de outros órgãos estaduais, já a parcela restante, indicada por conhecimento político, entretanto, com a Lei 4.283/1998 o DETRAN/AL teve a sua caracterização definida. (CAVALCANTE; MENDES; PEIXOTO, 2006).

Apesar do Departamento de Trânsito de Alagoas existir a várias décadas, somente no ano de 2000 foi realizado o primeiro e único concurso público para o preenchimento de três vagas de profissionais de Serviço Social. Com a nomeação ocorrida no ano seguinte, a equipe de profissionais foi dividida em campos distintos dentro do referido órgão público, interessante ressaltar que parte dessas profissionais foi encaminhada para o setor de Recursos Humanos, enquanto o restante foi designado para trabalhar no setor interno de Educação para o Trânsito (EDUTRAN).

A divisão do ambiente de atuação das assistentes sociais proporcionou o trabalho multiprofissional que resultou em um grande desafio. Apesar dos benefícios de existir um trabalho em diálogo com outras profissões, isso não estava representando um avanço, pois existiam diversas intencionalidades e pensamentos divergentes que muitas vezes não eram voltados para os ideais defendidos pelo Serviço Social.

A necessidade de criar um setor próprio da categoria profissional para o desenvolvimento de projetos passou a ser imprescindível diante do crescimento das cidades e dos problemas advindos dessa complexificação. Após cinco anos de embate com gestores, o projeto de disseminação de informações sobre o Seguro DPVAT foi aceito pelo Departamento juntamente com o setor específico de Serviço Social. Na época foram realizadas algumas pesquisas que constataram que 92% da população do país desconhecia sobre o seguro DPVAT, tornando o projeto necessário para socializar os direitos inerentes as pessoas que sofreram algum dano causado por veículos de via terrestre, visto que, muitos usuários não tinham acesso ao direito por falta de informação.

Dessa maneira, o setor de Serviço Social está inserido no Organograma do

DETRAN/AL, que foi instituído pela Lei Delegada de nº 43 de 28 de junho de 2007 e permaneceram com a Lei de nº 44 de 09 de abril de 2011. Portanto, a gerência de Serviço Social do DETRAN/AL está ligada à Coordenadoria de Educação para o trânsito e formação de condutores, EDUTRAN. (CAVALCANTE; MENDES; PEIXOTO, 2006).

O projeto sobre a disseminação do seguro DPAVT foi o primeiro a ser desenvolvido, para isso, foram realizados cursos de capacitação inerentes ao trânsito, formação de grupos de estudo com foco na compreensão da legislação do seguro DPVAT para levar informações seguras, assumindo um compromisso com os usuários, buscando estratégias para prestar um bom serviço mesmo diante dos cortes dos gastos do Estado Liberal, mostrando coerência com o Código de Ética da profissão.

Diante da consolidação do projeto supracitado e da necessidade de existir o fortalecimento de políticas públicas que visem minimizar a relação contraditória entre capital e trabalho, tendo proposições de ações que atendam as necessidades da população, as assistentes sociais passaram a desenvolver outros processos interventivos na sociedade alagoana.

Dessa forma, os processos interventivos se desenvolvem nos processos de trabalho que se efetivam nos espaços sócio-ocupacionais. O planejamento se inicia com pesquisa e sistematização do espaço sócio-ocupacional, mapeando ideologicamente a instituição, identificando as possíveis correlações de forças existentes. O Serviço Social tem por competência profissional a realização de ações de cunho socioeducativas na prestação de serviços sociais, efetivando ações socializadoras de direitos, favorecendo os meios de acessá-los, enfatizando a organização e participação dos sujeitos na defesa e ampliação desses direitos. (CAVALCANTE; MENDES; PEIXOTO, 2006, p. 6).

As ações vão muito além da simples elaboração de projetos, o que nos remete a importância de ter um (a) profissional bem qualificado e com um pensamento crítico para analisar a instituição e a sociedade de maneira a sistematizar, discutir e planejar os melhores meios para que os direitos inerentes à população sejam garantidos.

Desse modo, as profissionais do Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas têm sua ação pautada na socialização de informações com o objetivo de fazer com que a sociedade e grupos sociais se organizem e tenham discernimento sobre seus direitos. Sendo assim, temos que:

O Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas, está inserido na Coordenadoria de Educação para o Trânsito e Formação de Condutores. Atua buscando o empoderamento da população, através da socialização do conhecimento, para que

ela se organize, participe e se mobilize na busca de espaços públicos seguros para transitar, acessando os direitos na área de trânsito, conforme preconiza a Política Nacional de Trânsito e o Código de Trânsito Brasileiro. Neste sentido, a apreensão e desvelamento da realidade local são fundamentais, pois o desenvolvimento das ações profissionais tem como primazia a realidade. (CAVALCANTE; MENDES; PEIXOTO, 2006, p.6).

Como as ações profissionais devem ter por base a realidade humana, buscar compreender o contexto econômico, social e político do Estado de Alagoas tornou-se fundamental para entender a essência dos problemas advindos da sociedade, que se manifestam também nas situações ligadas ao trânsito.

Nesse sentido, temos que o Estado de Alagoas sofre uma forte influência das grandes usinas, sendo que essa economia sucroalcooleira, não possibilitou a distribuição social da riqueza de maneira mais justa, ao contrário, concentrou-a nas classes dominantes, eliminando a possibilidade de melhores condições de vida da classe trabalhadora.

A política Alagoana está vinculada ao sistema econômico, ou seja, os usineiros que representam uma parte da elite do estado estão atrelados aos cargos políticos, o que desencadeou numa política voltada aos seus próprios interesses econômicos, em um panorama de violência em decorrência da falta das necessidades básicas que não são supridas e em um índice alto de problemas sociais como o analfabetismo e desemprego.

A situação social é preocupante visto que a violência urbana vem se apresentando de diversas formas, inclusive no trânsito, sendo uma conjuntura não apenas restrita a Alagoas, mas sim, como reflexo do processo histórico da realidade brasileira.

Esta conjuntura não é apenas local, mas é reflexo do processo histórico de desenvolvimento das cidades, com a aceleração do processo de urbanização, que traz em seu bojo uma série de questões a serem cumpridas. Portanto, o trânsito e a questão urbana são indissociáveis. Desta forma, e tendo como objetivo principal a participação e o controle social no trânsito, o Serviço Social do DETRAN/AL desenvolve três projetos. (CAVALCANTE; MENDES; PEIXOTO, 2006, p. 7).

Desse modo, temos que a atuação do (a) Assistente Social frente à Política Nacional de Trânsito deve ter relação com o Código de Ética, para atuar nas ações socioeducativas, defendendo e ampliando os direitos dos cidadãos concernentes ao trânsito.

Para isso, o DETRAN/AL que tem como finalidade e competência, de acordo com o seu regimento interno, o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle e a execução da Política Nacional de Trânsito, que é a principal fonte de atuação do assistente social nessa instituição (CAVALCANTE; MENDES; PEIXOTO, 2006), foram elaborados e desenvolvidos outros três projetos: o Projeto de Orientação às Vítimas de Acidentes de

Trânsito, o Projeto de Elaboração do Perfil dos Usuários do Sistema Trânsito e o Projeto de Intervenção Comunitária e Fortalecimento dos Vínculos Coletivos.

O projeto de Orientação às Vítimas de Acidentes de Trânsito é realizado no próprio setor de Serviço Social, onde as vítimas de acidentes ou seus familiares serão informados de todos os seus direitos, as etapas e os documentos necessários para que haja a concretização desses direitos, especialmente sobre o Seguro DPVAT, que nesse caso é uma indenização que varia de acordo com o dano causado seja de invalidez permanente, morte e reembolso de despesas médico-hospitalares.

O outro projeto desenvolvido pelas assistentes sociais do DETRAN/AL, é o projeto do Perfil dos Cidadãos Usuários do Sistema Trânsito que analisa as condições socioeconômicas dos cidadãos usuários. Nesse sentido, temos que:

Trata-se de um projeto que o setor de Serviço Social elabora a partir de dados obtidos através de entrevistas sociais que são realizadas dentro do setor no ato do atendimento presencial. Com enfoque na compreensão socioeconômica da vítima, para que assim sejam elaboradas ações sócias e educativas. Dessa forma é traçado o perfil das vítimas com os dados obtidos pelas entrevistas. (CAVALCANTE; MENDES; PEIXOTO, 2006, p. 2).

A realização desse projeto baseia-se através de planejamento, pesquisa, análise e socialização dos resultados com as diversas coordenadorias do DETRAN/AL e com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito. (CAVALCANTE; MENDES; PEIXOTO, 2006).

Por fim, temos o Projeto de Intervenção Comunitária e Fortalecimento dos Vínculos Coletivos que tem como objetivo levar o debate sobre o trânsito e seus problemas para as comunidades, essencialmente, aquelas em que há os maiores índices de acidentes de trânsito.

O projeto tem por objetivo estabelecer as mais variadas ações socioeducativas com intuito de fomentar um espaço de discussão sobre o trânsito e sobre a participação da comunidade, visando o entendimento dos indivíduos do significado do trânsito como um espaço de convivência social e de exercício da cidadania. O projeto teve seu início no ano de 2009 com base em uma pesquisa feita pelo setor de Serviço Social do DETRAN/AL a respeito do perfil das vítimas de acidentes de trânsito e que eram usuárias do Serviço Social. A pesquisa foi realizada em trabalho conjunto com os Centros de Referências da Assistência Social (CRAS) do bairro, as ONG's, as escolas e os grupos de lideranças comunitárias do bairro e a Gerência de Educação para o Trânsito do DETRAN/AL (CAVALCANTE; MENDES; PEIXOTO, 2006, p. 2).

As atividades envolvidas nesse projeto foram realizadas através de palestras, oficinas, seminários e reuniões para alcançar o objetivo de socialização do conhecimento e

de mostrar que o sujeito é o agente capaz de mudar e transformar a realidade.

Além desses projetos que já foram consolidados, há um novo projeto que ainda está na fase de desenvolvimento chamado de CNH social, a pedido de gestores políticos, busca oferecer a Carteira de Habilitação para as pessoas que não tem condições suficientes para arcar com essas despesas, de maneira que a CNH represente uma forma de ingressar os indivíduos no mercado de trabalho.

Assim, fica claro que apesar da política nacional de trânsito ser um espaço sócio-ocupacional recém-conquistado para o desenvolvimento da intervenção do Serviço Social e que trabalhos são realizados com a comunidade, é notória a deficiência que esse atendimento carrega em si, principalmente, porque o quadro de assistentes sociais nesse Departamento é extremamente reduzido e insuficiente para atender a demanda do estado.

2.2. As ações profissionais na garantia do Seguro Obrigatório

O processo de urbanização crescente no Brasil gerou uma grande mobilização da população da zona rural para as áreas urbanas. Esse processo trouxe várias mudanças para a população, visto que, com o crescimento desordenado das cidades, o Estado não conseguiu acompanhar essa evolução, tendo como consequência a falta de estrutura urbana e diversos problemas também nas áreas da saúde.

O Brasil possui cerca de 204 milhões de habitantes (IBGE-2015) sendo um dos países mais populosos do mundo. Nesse contexto de grande número de habitantes e de uma concentração na área urbana, problemas ligados a acidentes no trânsito vêm sendo crescentes e ganhando destaque no país inteiro.

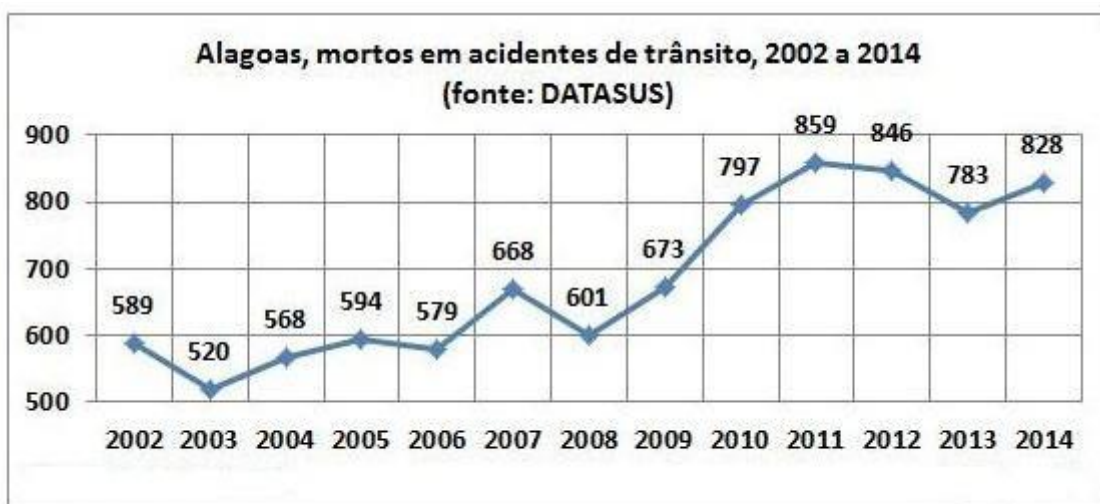
De acordo com as fontes do Ministério da Saúde, o trânsito no Brasil resultou em 43.075 óbitos e 201.000 feridos hospitalizados no ano de 2014, sendo que o Seguro DPVAT foi efetivado em 52.200 indenizações por morte e 596 mil por invalidez, o que mostra que o seguro não foi concedido nem na metade dos casos, por diversos motivos, seja pela falta de conhecimento, desistência ou solicitações negadas por falta de documentos.

Apesar de esse número ser resultado de acidentes de todo o país, temos que o Estado de Alagoas também está inserido nesse contexto de violência no trânsito. Nesse sentido, temos que:

As unidades de emergência do Estado de Alagoas registram em 2006 os seguintes dados: 7.578 registros de atendimento às vítimas de acidente na Unidade de Emergência Armando Lages (Maceió), e 7.494 registros de atendimentos às vítimas de acidentes de trânsito na Unidade de Emergência do Agreste (Arapiraca). (CAVALCANTE; MENDES; PEIXOTO, 2006, p.6).

Dentre essas estatísticas apresentadas, compreende-se que o número de casos recepcionados pela área da saúde, proporcionalmente ao número de habitantes de Maceió e Arapiraca no ano de 2006 é bastante alto.

Logo abaixo, apresentar-se-á um gráfico relativo à quantidade de indivíduos que foram a óbito devido a acidentes de trânsito no período de 2002 a 2014 no Estado de Alagoas.



Fonte: Vias Seguras - Fevereiro de 2016.

A partir desses dados, temos que desde o ano de 2008 até 2011 o número de acidentes cresceu drasticamente, tendo uma pequena redução nos dois anos seguintes e a volta do crescimento no ano de 2014.

Nessa conjuntura, as ações profissionais são imprescindíveis para socializar e facilitar o acesso dos usuários aos seus direitos referentes ao Seguro DPVAT, pois, ele é alvo de fraudes e da intermediação de terceiros sem necessidade.

O desconhecimento da população acerca de seus direitos se constitui um entrave para acessá-los, bem como propicia fraudes. De acordo com pesquisa realizada em 2006 pela Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG), que operacionaliza o Seguro DPVAT, 95% dos brasileiros desconhecem o direito ao referido Seguro. Desde sua criação em 1974, o



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE ALAGOAS

I COLÓQUIO INTERNACIONAL IV COLÓQUIO NACIONAL

SOBRE O TRABALHO DA/DO ASSISTENTE SOCIAL

TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA/DO ASSISTENTE
SOCIAL NO BRASIL E NO MUNDO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

CENTRO DE CONVENÇÕES DE MACEIÓ
02 A 04 DE OUTUBRO 2017

seguro DPVAT vem sendo alvo de diversas denúncias de fraudes (“Máfias do DPVAT”), onde vultuosos valores são pagos sem que as vítimas e/ou familiares fiquem sabendo da existência desse direito. Encontra-se inserido neste contexto a figura do intermediário, que aproveitando-se da fragilidade emocional e de conhecimento de vítimas e familiares, por meio de práticas imorais e antiéticas, apropriam-se do direito desta parcela da população. (CAVALCANTE; MENDES; PEIXOTO, 2006, p.6).

Essa realidade de defraudação, também foi encontrada em Alagoas no ano de 2013 que foi exposta numa reportagem resultante de uma investigação de três meses, onde foi apresentado que o esquema do DPVAT mantém uma arrecadação milionária que consegue ficar com até 100% do valor das indenizações de vítimas de acidentes de trânsito.

De acordo com a reportagem, os envolvidos nos golpes começam a agir no momento de fragilidade das famílias, oferecendo toda cobertura funerária, exige em troca o valor do seguro DPVAT, alegando que a burocracia é maior quando os familiares dão entrada no seguro por conta própria, sem o auxílio de um advogado ou intermediário.

Diante disso, vemos a necessidade de existir um Estado interventivo e que tome para si a responsabilidade, através das políticas públicas, para garantir o direito ao acesso à informação correta sobre o seguro DPVAT.

Na problemática do trânsito e com a inserção do Serviço Social nessa área, novos desafios foram surgindo e o projeto de socialização de informações sobre o Seguro DPVAT passou a ser introduzido como o primeiro projeto a ser executado pelo setor recém-formado. Este planejamento teve como princípios ações baseadas nos seguintes requisitos: Fomentar parcerias internas, tais como, o Serviço de Educação para o Trânsito, Coordenadorias de Segurança para no Trânsito e o Controle de Infrações para construir um trabalho articulado. Uma segunda ação importante se dá no desenvolvimento de parcerias externas com áreas relacionadas ao trânsito, tais como a Secretaria de Saúde, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil de Alagoas.

Outras parcerias também foram buscadas juntamente as instituições e autarquias federais, sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONGs), bem como, com organizações da sociedade civil para desenvolver ações de que esclareçam diretos.

É importante ressaltar objetivos como desenvolvimento de pesquisas com as vítimas de acidentes de trânsito para traçar o perfil da população usuária com o intuito de direcionar as ações profissionais. Além da coleta de informações sobre os acidentes de trânsito através de um acompanhamento e análise dos Boletins de Ocorrência de Acidentes de

Trânsito (BOATs) que sempre são realizados pelo Serviço de Perícia de Acidentes do DETRAN/AL.

Há também os propósitos ligados às atividades de orientação e encaminhamentos dos usuários que querem ter acesso ao seguro DPVAT para que os mesmos tenham conhecimento sobre as instituições necessárias e os documentos essenciais para compor o acesso, assim como, direcionar os usuários que encontram eventuais obstáculos ou problemas no trâmite do processo administrativo para que esta população seja conduzida a ouvidoria Líder dos consórcios DPVAT.

Intuitos essenciais do projeto estão alocados ao acompanhamento da situação da vítima de acidente de trânsito pelo prazo de trinta dias para analisar as evoluções consequentes do acidente, assim como elaboração de planos para desenvolver ações nas comunidades estimulando discursões, articulações e mobilizações para consolidar um trânsito seguro. Há também a necessidade de discutir sobre a importância da descentralização do atendimento para as Circunscrições Regionais de Trânsito (CIRETRANS).

Diante de tais objetivos traçados, uma avaliação foi realizada após sete anos da implementação desse projeto e pode-se inferir sua grande contribuição para a sociedade civil alagoana:

Após 07 anos de implementação deste projeto, evidencia-se que o mesmo vem contribuindo no Estado de Alagoas para que as vítimas e ou seus familiares tenham um ponto de orientação e apoio sobre os seus direitos após o acidente de trânsito, favorecendo à minimização das fraudes em relação ao seguro DPVAT, uma vez que o cidadão tem uma instituição pública para recorrer na busca de seus direitos, ao tempo em que o Estado cumpre com o seu dever constitucional de socializar direitos constituídos, promovendo o exercício da cidadania. (CAVALCANTE; MENDES; PEIXOTO, 2006, p.14).

Os dados decorrentes da avaliação referenciam os resultados alcançados até 2013 que foram apresentados em relatórios mensais e anuais à Coordenadoria de Educação para o Trânsito e a Diretoria da Presidência. Dentre eles podemos citar que foram realizadas cerca de 12.744 orientações às vítimas de acidentes de trânsito e/ou familiares de forma presencial, por e-mail e por telefone, sobre o seguro, facilitando o acesso a um direito legalmente constituído; 289 ações socioeducativas (palestras, oficinas, seminários, etc.) acerca dos direitos e deveres na área de trânsito, focalizando o seguro DPVAT possibilitando a socialização do conhecimento.

Há registros de 5.668 acompanhamentos de acasos até a finalização do processo, contribuindo assim, para a concretização do direito; a contagem do acesso às informações sobre o seguro em leitos de hospitais, essencialmente, no Hospital Geral do Estado Dr. Osvaldo Brandão Vilela e em domicílios totalizou 618 usuários e familiares.

Um número de seis pesquisas de campo foi realizado mediante atendimentos presenciais. Também foram realizadas 583 visitas técnicas institucionais na capital e interior para expor o serviço de atendimento disponibilizado pelo DETRAN/AL. Entrevistas realizadas em meios de comunicação como mídia espontânea contribuíram para fortalecer o projeto frente à sociedade e assim, desenvolvendo um trabalho de amplo e sólido alcance social.

Esse projeto também contou com três apresentações de trabalhos inscritos em congressos com o propósito de divulgação da atuação do Serviço Social do DETRAN/AL, além de três Trabalhos de Conclusão de Curso de acadêmicas de Serviço Social, tanto na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) quanto na Universidade Integrada Tiradentes (UNIT) consolidando espaços no meio universitário.

Os dados apresentados tem grande importância, pois, demonstram a consolidação do trabalho do Serviço Social do DETRAN/AL que foi reconhecido a nível nacional como o primeiro Departamento de Trânsito do país a implantar um serviço direcionado aos direitos das vítimas de acidentes no sistema viário com foco no Seguro Obrigatório, tendo como consequência uma bela parabenização no site da seguradora Líder dos consórcios DPVAT, descrevendo que o Serviço Social do DETRAN/AL é um ponto de atendimento as vítimas de acidentes e como ouvidoria regionalizada.

Mais do que as ações fundamentadas dentro das instâncias supracitadas, o Serviço Social do DETRAN/AL também integra projetos de intervenção nos campos de estágio de acadêmicos. Exemplo disso foi à participação das profissionais no Trabalho de Conclusão de Estágio no nível de execução do projeto “Caminho Aberto ao DPVAT” que foi realizado no ano de 2014 pelas estudantes Adriely Brayner e Thayná Stella.

O projeto contou com a supervisão da assistente social Marta Aragão e consistia na divulgação e socialização de informações sobre o Seguro Obrigatório dentro das enfermarias para vítimas e familiares.

A metodologia apresentada consiste em traçar o perfil das vítimas de acidentes de trânsito que estão internadas no Hospital Geral do Estado usando as ferramentas:

pesquisa documental e pesquisa de campo (No hospital e no setor de Serviço Social do DETRAN/AL) em conjunto com os dados do DPVAT. Dando prosseguimento, faremos um levantamento identificando os motivos mais frequentes dos acidentes. Como meio de prevenção, serão distribuídos folhetos informativos sobre segurança no trânsito e seguro DPVAT, durante as abordagens e também na realização de Palestras proferidas aos familiares dos acidentados e profissionais da instituição. Essas terão como escopo o acesso ao direito da vítima, campanha pela segurança, tolerância, responsabilidade e prevenção de acidentes de trânsito frente à comunidade, incentivo a participação social das pessoas a favor do trânsito seguro. (BRAYNER; STELLA, 2014, p. 6).

O conhecimento acerca desse direito foi passado de maneira oral, impressa e mediante palestra e roda de conversa com os familiares das vítimas. Assim, o Serviço Social do DETRAN/AL colaborou com materiais didáticos para distribuição, palestra sobre trânsito e suas particularidades, bem como o acesso ao seguro DPVAT, além de informações precisas sobre documentação e passos para o acesso direto a indenização.

Nesses momentos foram sanadas dúvidas sobre as regras de trânsito, maneiras corretas de transitar como pedestres e também usando bicicletas, motocicletas e automóveis; como usar transportes em casos de locomoção de crianças pequenas; a composição do seguro e como ter acesso às indenizações disponíveis nos três casos abrangentes: despesas médicas, invalidez (total ou parcial) e óbitos.

Foi desmistificada a questão da necessidade de um intermediário para dar entrada ao processo de indenização com a fala de que haveria, mediante sua atuação, uma desburocratização dos documentos na circulação do procedimento, informações essas que foram conscientemente vistas como falsas e incoerentes, visto que, a própria vítima ou família poderá dar entrada e receber sem prejuízos o valor correspondente aos danos.

A participação das assistentes sociais foi produtiva, pois muitos usuários e familiares não tinham nível mínimo de esclarecimento com relação à educação para o trânsito e dessa forma, anteriormente as informações, colocavam em risco as suas vidas, após os aprendizados através das ações do Serviço Social, as debilidades foram corrigidas e as dúvidas sanadas. Com isso evidenciamos o trabalho multiprofissional e multidisciplinar.

3. CONCLUSÃO

Observada toda a rede de integração e abrangência da intervenção do Serviço Social, é mister que a composição de sua formação profissional seja baseada nos fundamentos que permitem uma análise crítica e ampla das verdadeiras relações sociais,

permitindo que o profissional atue em todas as instâncias da sociedade, configurando-se como generalista, tendo suporte para intervir nas variadas expressões da questão social.

Dito isso, pode-se inferir que através da intervenção do Serviço Social no sistema viário, a situação da classe trabalhadora, predominante no percentual dos usuários, pode ser melhorada no quesito de sua liberdade de locomoção e segurança a vida, permitindo que através do desenvolvimento positivo de sua existência, entendendo que as ações Estatais através das políticas públicas não são favores e sim direitos, a consolidação de uma sociedade emancipada, onde se pudesse enxergar a justiça e a igualdade social.

Assim, os profissionais de Serviço Social, em todas as suas áreas de trabalho devem promover ações de resgate do sujeito revolucionário da classe trabalhadora, melhorando seu posicionamento político e permitindo uma sociedade crítica e capaz de fomentar a luta pela emancipação humana. Com isso, deixa-se aqui neste artigo a explicitação da importância do Serviço Social frente à realidade, os desafios e às adversidades da conjuntura, adequando-se e agindo com clareza e qualidade, superando seus limites institucionais e construindo o caminho para um contexto social que permita o livre desenvolvimento da humanidade.

REFERÊNCIAS

BRAYNER, Adriely; STELLA, Thayná. **Projeto de Intervenção: Caminho aberto ao DPVAT.** Maceió, 2014.

BRAYNER, Adriely; STELLA, Thayná. **A atuação do Serviço Social na garantia do acesso ao seguro DPVAT em Maceió.** Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em Junho de 2016.

CAVALCANTE. Jussy; MENDES. Raquel; PEIXOTO. Audijane. **A atuação do Serviço Social no Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas: O Desafio da Consolidação de Direitos.** Maceió, 2006.